

André Farah

**Liberdade  
de expressão  
e remoção  
de conteúdo  
da Internet**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by André Farah

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

F2191

Farah, André.

Liberdade de expressão e remoção de conteúdo da internet / André Farah.  
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 215-237.

ISBN 978-85-519-0915-7

1. Liberdade de Expressão. 2. Internet - Legislação. 3. Tecnologia e Direito.  
4. Conteúdo Gerado Pelo Usuário. 5. Remoção. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução .....	1
1. Liberdade de Expressão.....	5
1.1 Considerações Iniciais .....	5
1.2 Fundamentos da Liberdade de Expressão.....	10
1.2.1 O mercado de ideias e a busca pela verdade.....	14
1.2.2 O autogoverno democrático .....	17
1.2.3 A autonomia e a autorrealização.....	22
1.2.4 A democracia cultural .....	24
1.3 Posição Preferencial.....	28
1.4 Elementos .....	37
1.4.1 Elementos internos ou objetivos.....	37
1.4.2 Elementos externos ou subjetivos .....	49
1.5 Regulação.....	52
1.6 O <i>Chilling Effect</i> .....	63
1.6.1 Noções gerais.....	63
1.6.2 A definição de <i>chilling effect</i> .....	66
2. A Internet.....	73
2.1 Breve Evolução da Internet .....	73
2.2 Dados sobre a Internet no Brasil .....	76
2.3 Algumas Características da Era da Internet .....	79
2.4 Regulação da Internet .....	84
2.4.1 O pensamento não regulatório .....	85
2.4.2 O pensamento regulatório.....	88

2.4.2.1 O mundo virtual é o mundo real .....	88
2.4.2.2 A promoção da democracia e a arquitetura da rede .....	90
2.4.2.3 A Internet aberta.....	93
2.4.2.4 A neutralidade de rede .....	96
2.4.2.5 Fomento, universalidade e abundância .....	97
2.5 Provedores de Serviço de Internet .....	100
2.5.1 As camadas da Internet.....	100
2.5.2 Os tipos de provedores de serviço de Internet.....	101
2.5.3 IP, URL e algoritmo .....	105
3. A Remoção de Conteúdo na Internet Brasileira .....	109
3.1 Os Dados do Brasil e o Cenário Mundial.....	109
3.2 A Jurisprudência Brasileira dos Tribunais Superiores.....	112
3.2.1 A vedação ao anonimato e a ideia de IP .....	113
3.2.2 A indicação de URL .....	115
3.2.3 A necessidade de decisão judicial para remoção de conteúdo.....	119
3.2.4 A imposição de fiscalização prévia .....	125
4. As Questões Centrais sobre Liberdade de Expressão e Remoção de Conteúdo da Internet .....	129
4.1 Anonimato .....	129
4.1.1 O debate constituinte .....	130
4.1.2 O STF e a teleologia da vedação ao anonimato .....	135
4.1.3 O anonimato como norma regra .....	138
4.1.4 A experiência norte americana.....	140
4.1.5 Em defesa do discurso anônimo.....	141
4.1.6 O discurso abusivo anônimo na Internet.....	144
4.2 Localizador de Conteúdo .....	152

4.2.1 A jurisprudência da Corte fluminense .....	153
4.2.2 A importância do URL para a liberdade de expressão .....	163
4.3 Ator Juiz da Remoção .....	167
4.3.1 Experiências de tribunais estrangeiros.....	168
4.3.2 O lado negativo dos sistemas.....	172
4.3.3 A interpretação do art. 19 do MCI.....	176
4.3.3.1 Necessidade de ordem judicial para a remoção .....	176
4.3.3.2 Remoção através de notificação extrajudicial ou judicial .....	178
4.3.3.3 Proposta de interpretação.....	180
4.4 Caracterização da Interação em Mídia Jornalística Digital .....	190
4.4.1 O entendimento do STJ .....	190
4.4.2 O entendimento da doutrina.....	192
4.4.3 Argumentos contrários ao entendimento do STJ.....	194
Considerações Finais .....	207
Referências .....	215